

As mulheres possuem 76,2% do céu | Carta semanal 14 (2023)



Billie Zangewa (Malawi), *Ma vie en rose*, 2015.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Não há necessidade de se aprofundar muito nos dados estatísticos quando o que apontam é óbvio. Por exemplo, quando mulheres e homens trabalham no mesmo emprego, as mulheres **recebem** – em média – 20% menos que os homens. Para aumentar a conscientização sobre essa disparidade persistente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as Mulheres das Nações Unidas organizam o **Dia Internacional da Igualdade Salarial** todos os anos em 18 de setembro e, por meio de sua **Coalizão Internacional de Igualdade Salarial**, pressionam corporações e governos para acabar com a disparidade salarial entre homens e mulheres. A ideia de “salário igual para trabalho igual” foi estabelecida na **Convenção de Igualdade de Remuneração** da OIT (1951) em reconhecimento ao fato de que as mulheres sempre trabalharam em plantas industriais, sobretudo e de forma crescente durante a Segunda Guerra Mundial. A convenção adotou “o princípio de remuneração igual para homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor”, mas os governos e o setor privado se recusaram a seguir o exemplo.

Durante a pandemia de Covid-19, houve um foco intensificado no setor de saúde, incluindo os profissionais que atuam na área, que foram aplaudidos universalmente como “trabalhadores essenciais”. Em março de 2021, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social publicou um **dossiê**, *Desatando a Crise: trabalhos de cuidados em tempos de coronavírus*, que trouxe as opiniões das mulheres trabalhadoras do setor de saúde. Janet Mendieta, do Sindicato Central dos Trabalhadores da Argentina, refletiu sobre essa ideia de “trabalho essencial”:

Primeiro eles teriam que reconhecer que somos trabalhadoras essenciais e depois que sejamos reconhecidas com um salário também, porque trabalhamos muito mais do que teríamos que trabalhar, fazemos muitos trabalhos. Como promotoras de gênero, saúde, cozinheiras de refeitórios populares e locais para servir merendas, e tudo o que não é reconhecido ou visibilizado. E se não são visibilizados, muito menos seremos reconhecidas ou remuneradas com um salário.

Nada disso é reconhecido, disse ela, nem durante o auge da pandemia nem quando começamos a sair dela. Em 2018, a OIT publicou um importante **relatório**, *Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work*, que estimou que o valor do cuidado não remunerado e do trabalho doméstico equivale a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) global, ou 11 trilhões de dólares. Em alguns países o valor é muito maior, como na Austrália, onde o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico representam 41,3% do PIB. Com base em dados de pesquisa de uso do tempo coletados em 64 países, o relatório constatou que 16,4 bilhões de horas são gastas em trabalho de cuidado não remunerado todos os dias, sendo 76,2% desse trabalho realizado por mulheres. Em outras palavras, o trabalho diário não remunerado de mulheres em todo o mundo é equivalente a mais de 1,5 bilhão de mulheres trabalhando oito horas por dia sem remuneração.



Aida Muluneh (Etiópia), *The 99 Series/Part Two*, 2013.

Em julho de 2022, a OIT e a Organização Mundial da Saúde publicaram outro relatório sobre disparidades salariais, dessa vez com ênfase no setor de saúde. O **relatório**, *A disparidade salarial entre homens e mulheres no setor de saúde e cuidados: uma análise global nos tempos de Covid-19*, estabeleceu que, no setor de saúde e assistência, as mulheres ganham em média até 24% menos que os homens. Apesar de as mulheres representarem 67% dos empregos nesse setor, apenas um pequeno número delas ocupa cargos de alto comando, e a diferença entre os salários de administradores hospitalares e enfermeiras, por exemplo, só

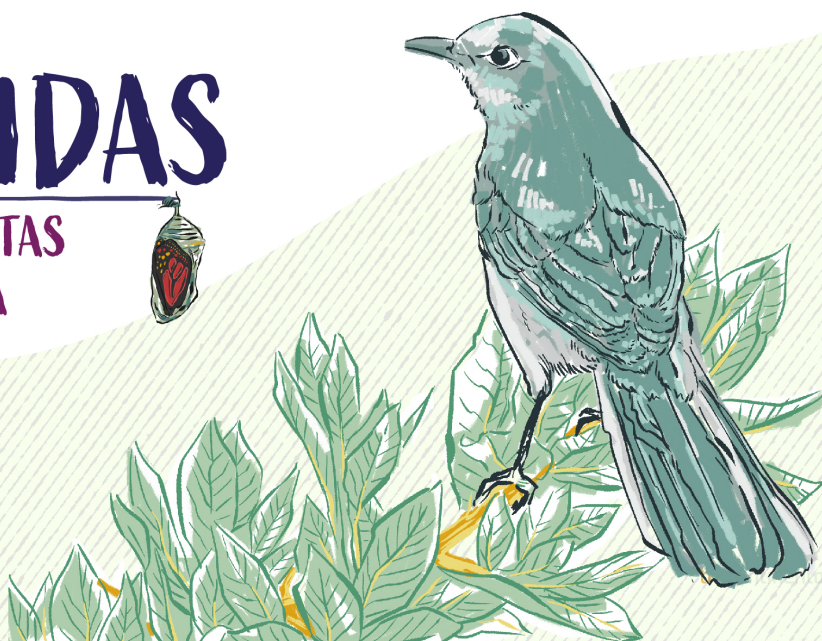
aumenta a cada ano.

O relatório oferece uma série de explicações para essa disparidade salarial. Entre elas, está o argumento de que as mulheres recebem menos devido aos “baixos salários associados a setores e ocupações altamente feminizados”. Áreas de saúde como a enfermagem recebem menos que outras não por conta de níveis de qualificação objetivamente mais baixos, mas por estar associado a um “trabalho feminino”, que é comumente menos valorizado em todo o mundo. Além disso, o relatório aponta que existe uma “lacuna de maternidade” na remuneração, pouco comentada, mas visível em dados estatísticos e nas reivindicações dos sindicatos de trabalhadoras/es da saúde. Há poucos trabalhos de meio período na indústria da saúde, exceto para as mulheres na casa dos 20 e 30 anos, quando, observa o relatório, “as mulheres têm que deixar o mercado de trabalho ou reduzir suas horas de trabalho para conciliar o trabalho com o cuidado não remunerado dos filhos”. Quando as mulheres deixam a área e retornam mais tarde ou optam por um trabalho de meio período, elas não recebem as promoções e aumentos salariais que seus colegas homens recebem e, portanto, passam o resto de suas vidas profissionais com salários mais baixos do que os homens que fazem o mesmo trabalho.

ESTUDOS | feministas 04

CRISÁLIDAS

MEMÓRIAS FEMINISTAS
DA AMÉRICA LATINA
E DO CARIBE



ALBA
MOVIMIENTOS
tricontinental

As mulheres têm lutado contra essas condições sociais por centenas de anos, e foram as lutas lideradas por mulheres que estabeleceram muitas das convenções internacionais sobre trabalho e direitos humanos. No Instituto Tricontinental de Pesquisa Social temos **levantado** as histórias dessas lutas e das mulheres que as lideraram. Uma das nossas últimas publicações, produzida em colaboração com a **Alba Movimientos**, chama-se *Crisálidas: memórias feministas da América Latina e Caribe*. Aqui, destacamos a nicaraguense Arlen Siu (1955–1975), a brasileira Dona Nina (1949–) e a Confederação Nacional das Camponesas da Bolívia Bartolina Sisa (cujas integrantes são conhecidas como Las Bartolinas), fundada em 1980. Cada uma dessas mulheres e suas organizações fizeram parte da luta global contra as odiosas condições sociais de desigualdade.



Bu Hua (China), *Brave Diligent [Corajoso diligente]*, 2014.

São mulheres como Arlen, Dona Nina e Las Bartolinas que redigiram as demandas da **Marcha Mundial das Mulheres** por autonomia econômica. A carta desta semana termina com as suas palavras, que exige:

- Os direitos de todos os trabalhadores (incluindo trabalhadores vulneráveis, como trabalhadores domésticos e migrantes) a um emprego com condições de trabalho seguras e saudáveis, sem assédio e no qual sua dignidade seja respeitada, em todo o mundo e sem discriminações (nacionalidade, sexo, deficiência, etc.) de qualquer tipo.
- O direito à previdência social, envolvendo transferências de renda em caso de doença, invalidez, licença-maternidade e paternidade e aposentadoria que permitam a mulheres e homens uma qualidade de vida digna.
- Salário igual para trabalho igual entre mulheres e homens, levando em consideração também a remuneração do trabalho no meio rural.
- Um salário mínimo justo (que reduza a diferença entre o maior e o menor salário e permita que os trabalhadores se sustentem e sustentem suas famílias) instituído por lei que sirva de referência para todo o trabalho remunerado (público e privado) e pagamentos sociais públicos. A criação ou reforço de uma política de valorização permanente do salário mínimo e de valores comuns às sub-regiões ou regiões.
- O fortalecimento da economia solidária com crédito a juros baixos, apoio à distribuição e comercialização e intercâmbio de saberes e práticas locais.

- Acesso das mulheres à terra, sementes, água, matérias-primas e todo o apoio necessário à produção e comercialização na agricultura, pesca, pecuária e artesanato.
- A reorganização do trabalho doméstico e de cuidado de modo que a responsabilidade por esse trabalho seja dividida igualmente entre homens e mulheres dentro de uma família ou comunidade. Para que isso se concretize, reivindicamos a adoção de políticas públicas de apoio à reprodução social (como creches, lavanderias e restaurantes coletivos, atendimento a idosos etc.), bem como a redução da jornada de trabalho sem cortes salariais .

Cordialmente,

Vijay.